Programa WTO Chairs e financiamento do desenvolvimento nos países em desenvolvimento

Programa WTO Chairs y financiación del desarrollo en los países en desarrollo

WTO Chairs Programme and Development Finance in Developing Countries

Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário

Resumo: Este informe sintetiza dois acontecimentos internacionais recentes relevantes para as agendas de comércio e desenvolvimento. Em primeiro lugar, apresenta os principais debates da Conferência Anual de 2026 do Programa WTO Chairs, destacando o papel da pesquisa acadêmica, da formulação de políticas públicas baseadas em evidências e da cooperação entre universidades, governos e o Secretariado da OMC no apoio ao processo de reforma do sistema multilateral de comércio. Em seguida, analisa os principais resultados do relatório da UNCTAD *Financing Development: External Flows of Financial Capital to Developing Countries and Their Cost*. O documento evidencia que os países em desenvolvimento continuam enfrentando redução dos fluxos financeiros externos, elevados custos de endividamento soberano e crescente restrição do espaço fiscal, apesar das necessidades crescentes de investimento para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em conjunto, os temas reforçam a necessidade de fortalecer a cooperação internacional, aprimorar as políticas públicas e ampliar o acesso a financiamento de longo prazo em condições mais favoráveis para o Sul Global.

Palavras-chave: Programa WTO Chairs; Organização Mundial do Comércio; financiamento do desenvolvimento; dívida externa; custo do capital; endividamento soberano; espaço fiscal; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Sul Global; cooperação multilateral.

Resumen: *Este informe resume dos acontecimientos internacionales recientes de especial relevancia para las agendas de comercio y desarrollo. En primer lugar, presenta los principales debates de la Conferencia Anual 2026 del Programa WTO Chairs, destacando el papel de la investigación académica, la formulación de políticas públicas basadas en evidencias y la cooperación entre universidades, gobiernos y la Secretaría de la OMC en apoyo de la reforma del sistema multilateral de comercio. A continuación, examina las principales conclusiones del informe de la UNCTAD Financing Development: External Flows of Financial Capital to Developing Countries and Their Cost. El documento muestra que los países en desarrollo siguen afrontando una reducción de los flujos financieros externos, elevados costes de endeudamiento soberano y un creciente deterioro del espacio fiscal, pese a las mayores necesidades de inversión para alcanzar los Objetivos de Desarrollo Sostenible. En conjunto, ambos temas ponen de relieve la importancia de reforzar la cooperación internacional y facilitar un acceso más amplio a financiación sostenible y de largo plazo para el Sur Global.*

Palabras clave: *Programa WTO Chairs; Organización Mundial del Comercio; financiación del desarrollo; deuda externa; coste del capital; endeudamiento soberano; espacio fiscal; Objetivos de Desarrollo Sostenible; Sur Global; cooperación multilateral.*

Abstract: *This report summarises two recent international developments relevant to trade and development policy. First, it presents the main discussions of the 2026 WTO Chairs Programme Annual Conference, highlighting the role of academic research, evidence-based policymaking and cooperation between universities, governments and the WTO Secretariat in supporting the reform of the multilateral trading system. Secondly, it reviews the principal findings of UNCTAD's report Financing Development: External Flows of Financial Capital to Developing Countries and Their Cost. The report shows that developing countries continue to face declining external financial inflows, persistently high sovereign borrowing costs and widening fiscal constraints, despite growing investment needs to achieve the Sustainable Development Goals. It also examines the implications of debt dynamics, risk premiums and financing conditions for public investment, economic resilience and sustainable development. Together, these developments underline the importance of stronger international cooperation, sound public policies and improved access to affordable long-term development finance for the Global South.*

Keywords: *WTO Chairs Programme; World Trade Organization; development finance; external debt; cost of capital; sovereign borrowing; fiscal space; Sustainable Development Goals; Global South; multilateral cooperation.*

Programa WTO Chairs reforça papel da academia na reforma da Organização Mundial do Comércio

A Diretora-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Ngozi Okonjo-Iweala, defendeu o fortalecimento do engajamento entre os membros da OMC, a comunidade acadêmica, institutos de pesquisa e demais partes interessadas como elemento essencial para impulsionar as discussões sobre a reforma da organização. Em discurso de abertura da Conferência Anual do Programa WTO Chairs (WCP), realizada em Genebra em 1º de julho de 2026, destacou que o cenário internacional é marcado por desafios profundos, como tensões geopolíticas, fragmentação econômica, transformações tecnológicas, pressões climáticas e crescentes preocupações com o desenvolvimento. Nesse contexto, argumentou que análises baseadas em evidências, pesquisas rigorosas e soluções práticas de políticas públicas tornaram-se indispensáveis para que o sistema multilateral de comércio permaneça capaz de promover prosperidade, inclusão e desenvolvimento sustentável. Segundo a Diretora-Geral, os membros da OMC necessitam de novas ideias e abordagens inovadoras, sendo o Programa WTO Chairs um dos principais mecanismos institucionais para aproximar conhecimento acadêmico e formulação de políticas públicas voltadas à modernização do sistema multilateral de comércio. (OMC, 2026)

O Programa WTO Chairs foi apresentado como uma plataforma estratégica criada em 2010 para apoiar instituições acadêmicas em pesquisas relacionadas ao comércio internacional, desenvolvimento curricular e atividades de extensão voltadas às políticas comerciais. Atualmente, a rede reúne 39 instituições acadêmicas distribuídas em diversas regiões do mundo e conta com financiamento da França, da Áustria e da República da Coreia. O Diretor-Geral Adjunto Xiangchen Zhang ressaltou que o verdadeiro valor do programa não reside apenas na quantidade de universidades participantes, mas principalmente na contribuição cotidiana que elas oferecem à pesquisa, ao ensino, ao diálogo político e ao relacionamento com diferentes atores sociais. Destacou ainda que os estudos desenvolvidos no âmbito do WCP abrangem temas considerados centrais para o futuro do comércio internacional, incluindo comércio digital, novas tecnologias, sustentabilidade, inclusão, integração regional, facilitação de investimentos,

cadeias globais de valor, reglobalização, segurança alimentar e desenvolvimento. Segundo Zhang, ao formar novas gerações de especialistas e fornecer análises fundamentadas para o debate público, as instituições participantes fortalecem diretamente as bases do sistema multilateral de comércio. (OMC, 2026)

Os representantes dos países financiadores do programa reforçaram a importância da produção acadêmica como instrumento de apoio à reforma da OMC diante das transformações contemporâneas do comércio internacional. A representante da França destacou que o sistema comercial global atravessa um período de elevada incerteza e disrupção, influenciado por fatores como comércio digital, mudanças climáticas, inclusão e segurança nacional, defendendo que as respostas políticas devem ser fundamentadas em evidências, análises rigorosas e compreensão das realidades locais. O embaixador da Áustria afirmou que os desafios decorrentes das tensões geopolíticas, da instabilidade econômica e das rápidas mudanças tecnológicas exigem não apenas maior cooperação entre os membros, mas também elevada capacidade analítica, formulação de políticas baseadas em evidências e ampla participação de diferentes atores. A representante da República da Coreia acrescentou que a OMC necessita de pesquisas de ponta, dados robustos e novos conhecimentos para adaptar-se às mudanças do ambiente comercial global, ressaltando ainda que a construção de um sistema multilateral verdadeiramente inclusivo depende da integração efetiva dos países em desenvolvimento e dos países menos desenvolvidos ao comércio internacional, processo para o qual o Programa WTO Chairs pode oferecer relevante suporte analítico e orientação em políticas públicas. (OMC, 2026)

Ao longo dos três dias da conferência, os participantes realizaram debates, intercâmbios de experiências e diálogos voltados ao fortalecimento do impacto institucional do Programa WTO Chairs e ao aprofundamento da cooperação entre universidades, pesquisadores e a Secretaria da OMC. A programação contemplou uma conversa com a Diretora-Geral, sessões temáticas dedicadas à 14ª Conferência Ministerial (MC14) e seus desdobramentos, ao Relatório Mundial sobre Comércio de 2026, às parcerias do WCP e às oportunidades para ampliar as sinergias entre as Cátedras da OMC e o Secretariado na elaboração de currículos e atividades de ensino. Também foram promovidas reuniões entre representantes dos membros da OMC, coordenadores de grupos regionais, sessões de pesquisa temáticas, encontros das redes regionais de Cátedras e discussões sobre as futuras atividades do programa. Em seu conjunto, a conferência reforçou a percepção de que o fortalecimento das conexões entre pesquisa acadêmica, produção de conhecimento e formulação de políticas constitui um componente estratégico para apoiar o processo de reforma da OMC e aumentar a capacidade do sistema multilateral de comércio de responder aos desafios contemporâneos. (OMC, 2026)

Financiando o desenvolvimento

A publicação *Financing development: External flows of financial capital to developing countries and their cost* da UNCTAD examina o que se convencionou chamar de "alto custo do capital" nos países em desenvolvimento, mapeando a escala, a composição, a volatilidade e o custo dos fluxos financeiros externos, com atenção particular ao financiamento soberano por dívida e às suas implicações para o espaço fiscal e para o financiamento das agendas de desenvolvimento sustentável (UNCTAD, 2026).

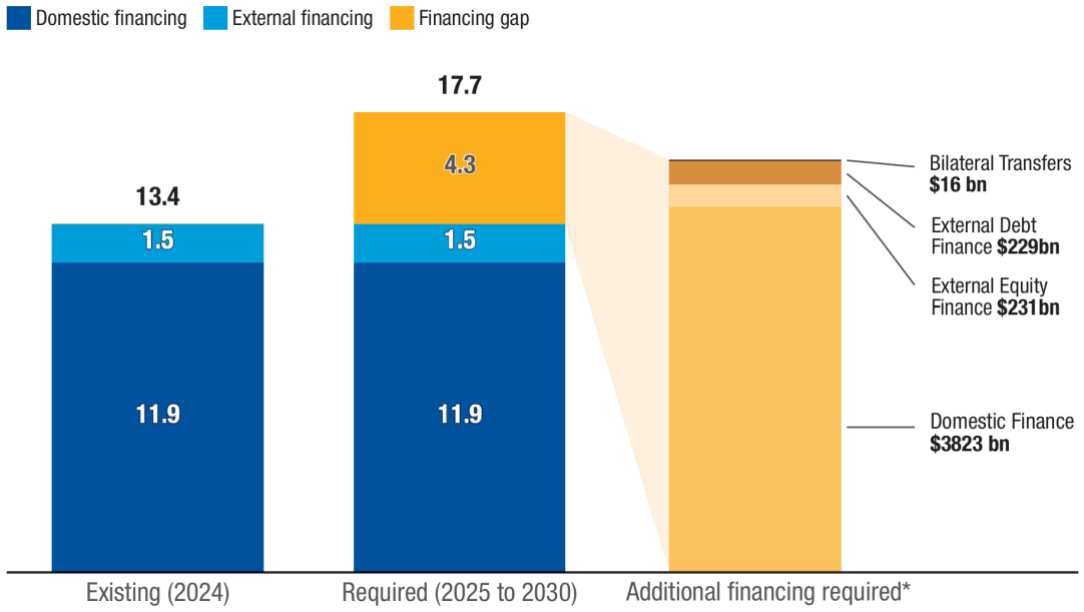
A escala do financiamento externo e a lacuna de recursos para os ODS

Os fluxos financeiros de não-residentes para países em desenvolvimento somaram cerca de US$ 1,5 trilhão em 2024, repartidos entre instrumentos de participação acionária (US$ 722 bilhões) e instrumentos de dívida (US$ 713 bilhões), aos quais se acrescentam US$ 50 bilhões

de transferências bilaterais de outros governos. Entretanto, o financiamento doméstico respondeu por cerca de US$ 11,9 trilhões, participação que se ampliou ao longo da última década tanto em economias desenvolvidas quanto em desenvolvimento (UNCTAD, 2026).

A distância entre os recursos mobilizáveis e as necessidades de investimento define o problema central da publicação. A lacuna de financiamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é estimada em cerca de US$ 4,3 trilhões anuais, o que exigiria elevar o investimento agregado dos países em desenvolvimento dos atuais US$ 13,4 trilhões para algo próximo de US$ 17,7 trilhões por ano até 2030. Rateada entre fontes internas e externas na proporção dos fluxos de 2024, a lacuna demandaria um incremento anual de aproximadamente US$ 476 bilhões em fluxos externos e uma mobilização adicional de recursos domésticos da ordem de US$ 3,8 trilhões, de modo que ambas as fontes precisariam crescer perto de um terço sobre os patamares de 2024 (UNCTAD, 2026).

Figura 1 – Fechando a lacuna de financiamento dos ODS: implicações do financiamento adicional anual necessário, por fonte interna e externa (trilhões de dólares).

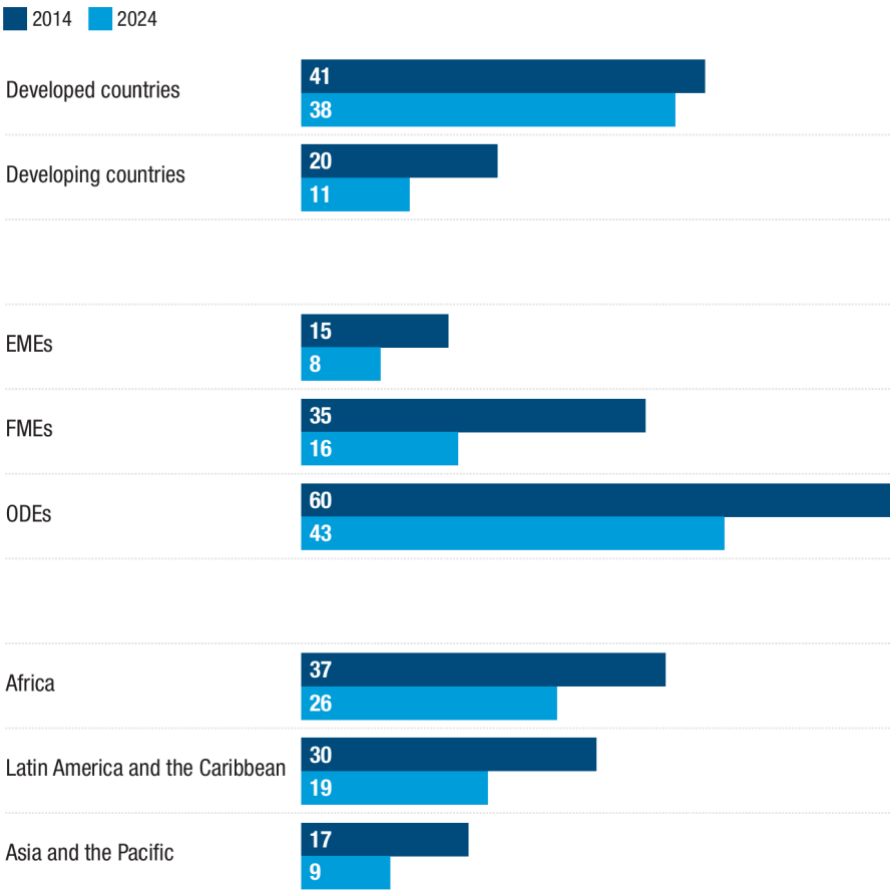


Fonte: UNCTAD, 2026.

Um financiamento externo que encolhe justamente onde é mais necessário

A contribuição do financiamento externo para a formação de capital não apenas é reduzida como vem diminuindo, e de forma desigual entre grupos de países. Em 2024, economias desenvolvidas captaram de fontes externas não-residentes o equivalente a 38% do financiamento requerido para sua formação bruta de capital, enquanto os países em desenvolvimento captaram apenas 11%, proporção que recua a 8% na África. Todos os agrupamentos de países em desenvolvimento receberam parcela significativamente menor de financiamento externo em 2024 do que em 2014, e a retração foi mais acentuada que a observada entre economias desenvolvidas (UNCTAD, 2026).

Figura 2 – A contribuição do financiamento externo para o investimento encolheu: financiamento externo de não-residentes como proporção da formação bruta de capital, 2014 e 2024 (%).



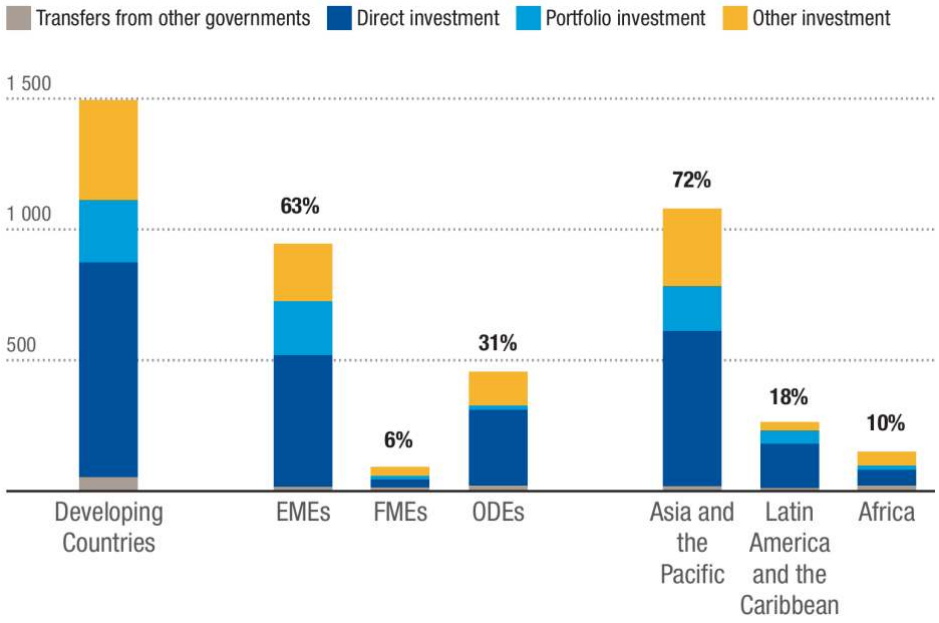
Fonte: UNCTAD, 2026.

Essa contração poderia sugerir maior autossuficiência, mas a leitura da UNCTAD é distinta: como veio acompanhada de queda absoluta dos ingressos e de progresso estagnado na maioria das metas dos ODS, o movimento sinaliza subfinanciamento do desenvolvimento, não robustez. Entre 2014 e 2024, enquanto a formação bruta de capital dos países em desenvolvimento cresceu 45% e o financiamento doméstico avançou 60%, os ingressos externos de não-residentes recuaram 18% (UNCTAD, 2026). Nesse contexto, apenas 35% das metas dos ODS estão no rumo ou progredindo moderadamente, 17% estagnadas e 18% em retrocesso (UN DESA, 2025).

A geografia desigual dos fluxos

A distribuição regional dos ingressos externos reproduz e aprofunda assimetrias estruturais. A África concentra 38% dos países em desenvolvimento e 22% da sua população, mas recebeu apenas um décimo dos fluxos totais. Em contraste, a Ásia e o Pacífico, com participação semelhante no número de países e dois terços da população, atraíram mais de 70% dos ingressos, enquanto a América Latina e o Caribe, com 24% dos países e 10% da população, captaram menos de um quinto (UNCTAD, 2026).

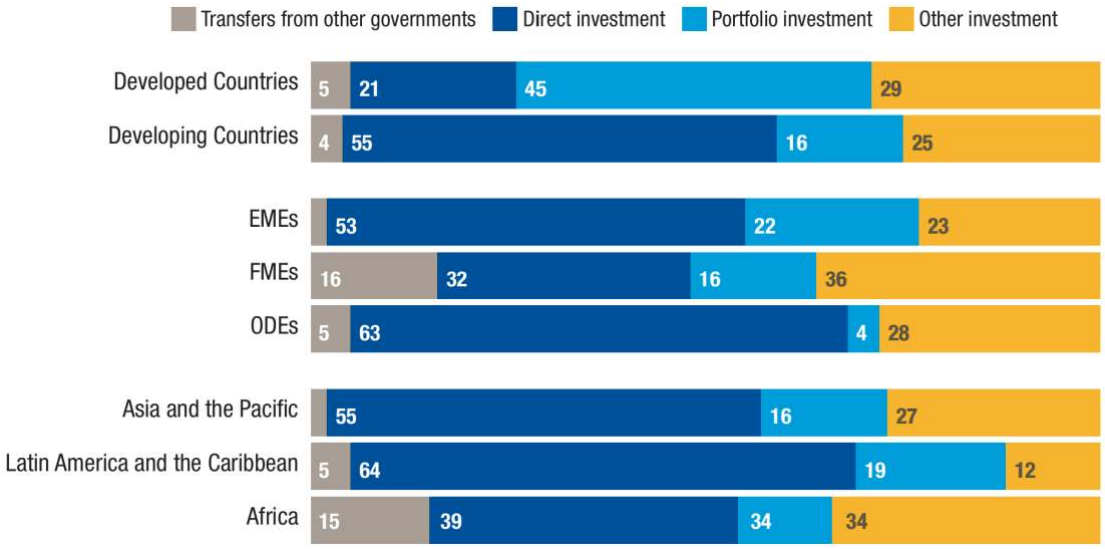
Figura 3 – Alguns grupos de países em desenvolvimento recebem mais que outros: escala e composição dos ingressos externos médios por grupo, 2014-2024 (bilhões de dólares).



Fonte: UNCTAD, 2026.

A composição desses fluxos também varia segundo o grau de integração financeira. As economias de mercado emergentes (EMEs) captam parcela maior via investimento de portfólio, por disporem de mercados de títulos integrados aos mercados globais; já as demais economias em desenvolvimento (ODEs), com mercados de capitais rasos ou inexistentes, dependem sobretudo de investimento direto e de "outros investimentos", categoria composta majoritariamente por empréstimos. O investimento direto pesou mais para os países em desenvolvimento do que para os desenvolvidos, ao passo que estes últimos receberam parcela proporcionalmente maior sob a forma de investimento de portfólio (UNCTAD, 2026).

Figura 4 – O investimento direto importou mais para os países em desenvolvimento: composição média dos fluxos financeiros externos de não-residentes, 2014-2024 (%).



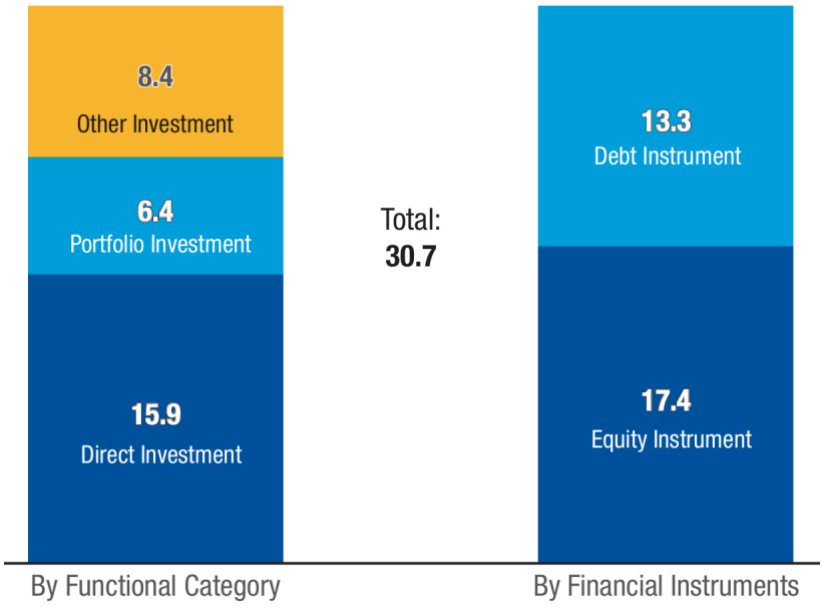
Fonte: UNCTAD, 2026.

O estoque de passivos e a conta que retorna aos credores

Os fluxos de ingresso, quando acumulados ao longo do tempo e ajustados por valorações e desinvestimentos, convertem-se em um estoque de passivos externos que, para os países em desenvolvimento, alcançou US$ 30,7 trilhões em 2024, ou,

A acumulação desses fluxos, ajustado por valorações e desinvestimentos, gera um estoque de passivos externos que, para os países em desenvolvimento, alcançou US$ 30,7 trilhões em 2024 ou, classificada em tipos de instrumentos financeiros, de 56% em participação acionária e 44% em dívida. Esse estoque precisa ser servido continuamente por meio do pagamento de lucros, royalties e juros, que constituem saídas na conta de renda primária (UNCTAD, 2026).

Figura 5 – Os fluxos financeiros geram estoques de passivos: composição dos estoques acumulados de passivos externos dos países em desenvolvimento em 2024 (trilhões de dólares).



Fonte: UNCTAD, 2026.

Em 2024, os retornos recebidos por não-residentes sobre seus investimentos em países em desenvolvimento somaram US$ 1.070 bilhões, dos quais 64% corresponderam a lucros e royalties sobre participação acionária e 36% a juros sobre instrumentos de dívida. No mesmo ano, o equivalente a 72% dos novos ingressos financeiros de não-residentes retornou a eles sob a forma de remuneração dos passivos acumulados. Entre 2014 e 2024, os países em desenvolvimento pagaram retornos médios superiores aos das economias desenvolvidas em todas as categorias funcionais de passivos, com a maior diferença nos fluxos de portfólio, cujo custo mediano de serviço foi de 5,2% ao ano, contra 2,5% nas economias desenvolvidas, diferencial que a UNCTAD atribui ao prêmio de risco cobrado desses países (UNCTAD, 2026).

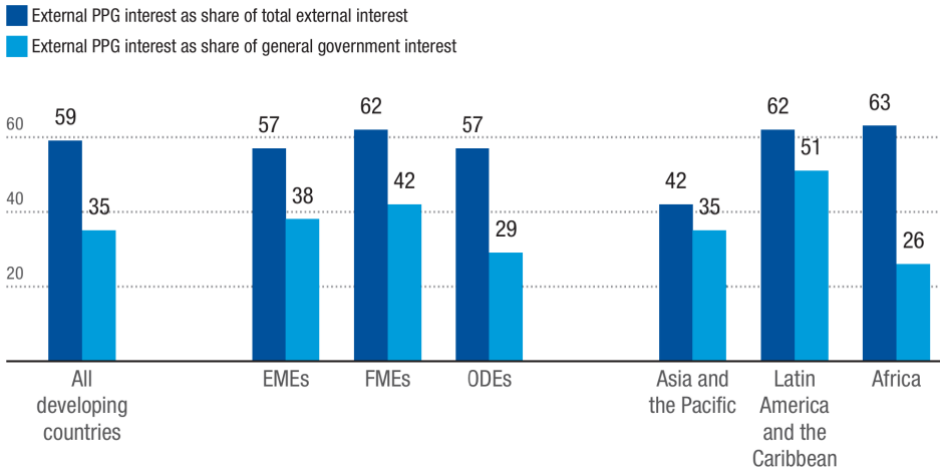
Da participação acionária à dívida: onde se concentra o problema

Vista pela ótica do instrumento, participação acionária e dívida seguiram trajetórias divergentes. Entre 2014 e 2024, o estoque de participação acionária cresceu mais rápido que seu custo de serviço, enquanto o custo do serviço da dívida cresceu mais de duas vezes e meia mais rápido que o próprio estoque de dívida. A volatilidade, a escala e o custo dos passivos externos têm origem predominante na dinâmica da dívida, e não na dinâmica acionária, o que

motiva o deslocamento do foco de uma avaliação holística de todos os fluxos para uma análise aprofundada da dívida soberana (UNCTAD, 2026).

O custo externo mais elevado da dívida transmite-se diretamente ao setor público. Como parcela material da dívida externa dos países em desenvolvimento é contraída por seus governos, a elevação dos juros externos eleva os juros da dívida pública: em 2024, os juros sobre a dívida externa pública e com garantia pública (PPG) representaram uma mediana de 59% do total dos juros externos desses países e 35% do total dos juros do governo geral, de modo que variações nas taxas externas produzem impacto direto e material sobre o custo da dívida pública (UNCTAD, 2026).

Figura 6 – Os juros externos afetam o custo do serviço da dívida do setor público: participação mediana dos juros externos PPG no total dos juros externos e no total dos juros do governo geral, 2024 (%).

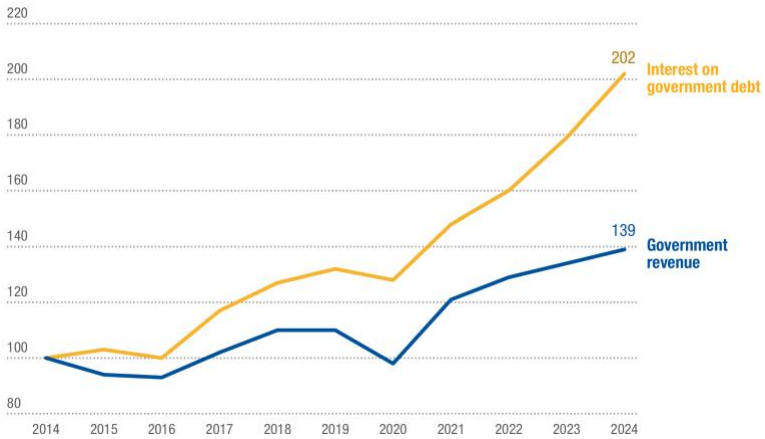


Fonte: UNCTAD, 2026.

O impacto no desenvolvimento: espaço fiscal em erosão

A consequência dessa dinâmica é a corrosão do espaço fiscal. Entre 2014 e 2024, os juros sobre a dívida pública dos países em desenvolvimento cresceram 2,6 vezes mais rápido que as receitas governamentais, 102% contra 39%, sinalizando deterioração da sustentabilidade da dívida do setor público (UNCTAD, 2026).

Figura 7 — Os juros superaram a capacidade de honrá-los: tendências dos juros do governo geral e da receita governamental em países em desenvolvimento (índice 2014 = 100).



Fonte: UNCTAD, 2026.

Entre 2018 e 2024, 99 países em desenvolvimento sofreram redução da parcela da receita governamental disponível para outros fins, incluindo os ODS, em razão da alta dos juros do setor público, e 73% dos países em desenvolvimento perderam espaço fiscal no período, o que restringiu a alocação de recursos a prioridades de desenvolvimento (UNCTAD, 2026).

O custo do capital traduzido em bens públicos

Um exercício contrafactual indica que, se 94 países em desenvolvimento tivessem acesso às mesmas taxas de financiamento das economias desenvolvidas (EUA, zona do euro, Reino Unido e Japão), a economia anual em juros seria de aproximadamente US$ 500 bilhões. Em 2024, a taxa efetiva média paga por esse bloco em desenvolvimento foi de 5,5% ao ano, comparada a 2,2% do grupo central. A UNCTAD lê esse diferencial não como estatística financeira, mas como restrição à capacidade fiscal e ao potencial de desenvolvimento, que desloca investimento público de longo prazo e ameaça a sustentabilidade da dívida (UNCTAD, 2026).

Essa economia anual financiaria a construção de cerca de 375 mil escolas, ou 1,3 milhão de postos de atenção primária à saúde, ou mais de 65 mil quilômetros de rodovias de pista dupla em áreas rurais; alternativamente, cobriria a alimentação de aproximadamente 1,6 bilhão de crianças em dieta de diversidade mínima, ou o financiamento de mais de 920 gigawatts de capacidade solar instalada. Os custos unitários adotados situam-se na faixa superior das estimativas disponíveis e têm caráter ilustrativo, mas o exercício explicita que o prêmio de risco pago pelos países em desenvolvimento tem contrapartida direta em serviços de saúde, educação e infraestrutura não ofertados (UNCTAD, 2026).

Tabela 1 – Usos alternativos ilustrativos da economia de juros de US$ 500 bilhões anuais.

Item	Illustrative Cost per Unit*	Additional Units that Could be Financed
Minimum dietary diversity feeding scheme	$305/child/year	1'634'383'689 children/year
Dual lane rural highway	$7.6 million/km	65'590 km/year
Primary health care centre	$385'000/centre	1'294'771 centres/year
High speed railway track	$21 million/km	23'737 km/year
Installed solar electricity generation capacity	$540'000/megawatt	923'124 megawatts/year

Fonte: UNCTAD, 2026.

A estrutura do endividamento soberano externo

O financiamento soberano externo organiza-se em torno de dois instrumentos, títulos de dívida e empréstimos, cuja participação relativa varia com o grau de integração financeira. Em 2024, 57% da dívida externa PPG em aberto assumia a forma de empréstimos e 43% era devida a detentores internacionais de títulos, com os credores multilaterais permanecendo a fonte mais relevante para muitos países. A dependência de empréstimos é acentuada nas economias menos integradas: mais da metade da dívida externa PPG das ODEs é devida a instituições multilaterais, sobretudo o Grupo Banco Mundial e o FMI, enquanto os títulos representam 54% da dívida externa das EMEs, mas apenas 21% nas FMEs e 8% nas ODEs (UNCTAD, 2026).

Condições de captação: prêmio de risco persistente

As condições de captação melhoraram em 2024 e 2025 sem eliminar o diferencial que penaliza o Sul Global. Após uma sucessão de choques entre 2020 e 2024 que elevou os rendimentos soberanos e as taxas dos empréstimos externos a patamares recordes, os rendimentos médios dos títulos soberanos dos países em desenvolvimento recuaram de um pico de 7,3% em 2023 para 5,7% em 2025; ainda assim, os spreads sobre ativos de referência implicavam que esses países pagavam, em média, 1,9 ponto percentual a mais para captar em moeda estrangeira do que os países desenvolvidos. A elevação foi especialmente severa para FMEs e países africanos, cujos rendimentos médios quase dobraram, aproximando-se de 12% e 11% respectivamente entre 2022 e 2024, com a nova emissão caindo cerca de 75% nesses grupos (UNCTAD, 2026).

O custo dos empréstimos externos seguiu trajetória análoga, atingindo taxa de juros recorde de aproximadamente 4,9% em 2024, mais que o dobro de 2022, impulsionado sobretudo por credores privados e por financiamento multilateral não-concessional. Mesmo os empréstimos multilaterais, que entre 2015 e 2022 custavam em média 1,9%, mais que dobraram para 4,6% em 2023 antes de recuar a 4,3% em 2024, patamar que a UNCTAD qualifica como criticamente elevado. Como boa parte do crédito multilateral não-concessional é indexada a taxas de referência como a SOFR e a EURIBOR, o aperto monetário nos países desenvolvidos transmite-se aos custos de captação do Sul Global, de modo que, embora os volumes multilaterais sejam anticíclicos, seus custos permanecem pró-cíclicos (UNCTAD, 2026).

Encurtamento das maturidades e risco de refinanciamento

Um agravante estrutural é o encurtamento das maturidades dos títulos. O prazo médio das emissões de títulos em moeda estrangeira caiu de cerca de 17 anos no período 2015-2021 para apenas 9,5 anos em 2025, movimento generalizado entre grupos de países. O financiamento de longo prazo é condição para investimentos cujos retornos se materializam ao longo de períodos extensos, como infraestrutura, educação e sistemas de saúde; a dívida de curto prazo, ao contrário, amplia o risco de refinanciamento, pois exige rolagens mais frequentes, potencialmente em condições desfavoráveis, e pode aprisionar governos em ciclos de refinanciamento de curto prazo que deslocam o investimento de longo prazo necessário ao desenvolvimento (UNCTAD, 2026).

Determinantes do custo e caminhos de política

A UNCTAD organiza os determinantes do custo da dívida soberana em fatores externos, de “empurrão”, e domésticos, de “atração”, distinção que orienta as respostas de política. Os externos escapam ao controle dos países — a política monetária das economias avançadas, o apetite global por risco, a dinâmica cambial do dólar, os choques climáticos crescentemente precificados no risco soberano e o próprio declínio recente da assistência oficial ao desenvolvimento, que reduziu a oferta de financiamento externo barato. Os domésticos, ao menos parcialmente administráveis, reúnem os vários riscos que o país sinaliza a seus credores (crédito, câmbio, liquidez) e a subprecificação decorrente de capacidade institucional limitada. Sobre este último ponto, a UNCTAD destaca que as agências de classificação de risco têm sido reiteradamente criticadas por superestimar o perfil de risco dos países em desenvolvimento, o que reforça custos de captação elevados (UNCTAD, 2026).

As recomendações distribuem-se entre medidas nacionais e ações multilaterais. No plano nacional, propõe-se fortalecer os arcabouços macroeconômicos e a qualidade

institucional, ampliar o financiamento em moeda local, elevar a transparência de dados e a comunicação com investidores, e recorrer a instrumentos inovadores como swaps de dívida por desenvolvimento e títulos verdes e azuis, ainda que a vantagem de precificação destes últimos (o chamado “greenium”) tenha se mostrado modesta (UNCTAD, 2026).

No plano multilateral, a UNCTAD defende que os bancos de desenvolvimento ampliem financiamento concessional, garantias e empréstimos em moeda local, sustentados por recapitalizações regulares. Defende ainda a reversão do declínio recente da ODA e o recompromisso com a meta de 0,7% da renda nacional bruta, hoje cumprida por apenas cinco países desenvolvidos. O contraste mais agudo está no financiamento climático: as necessidades anuais de adaptação nos países em desenvolvimento são estimadas entre US$ 310 bilhões e US$ 365 bilhões, ante financiamento público internacional efetivo de cerca de US$ 26 bilhões em 2023 (UNCTAD, 2026).

Referências

OMC. DG Okonjo-Iweala calls for strengthening member-expert engagement at WTO Chairs conference. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news26_e/chair_01jul26_440_e.htm. Acesso em: 5 jul. 2026.

UNCTAD. **Financing development: External flows of financial capital to developing countries and their cost.** Technical and statistical report. Geneva: United Nations Conference on Trade and Development, 2026. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/gds2026d2_en.pdf

UN DESA. **The Sustainable Development Goals Report 2025.** New York: United Nations Department of Economic and Social Affairs, 2025. Disponível em: https://unstats.un.org/sdgs/report/2025.